

ISRAEL: UMA POPULAÇÃO ENSADECIDA

Gabriel Bolaffi

RESUMO

Os fatos que em 1995 sugeriam que se poderia alcançar a paz entre Israel e palestinos revelaram-se ilusórios. O assassinato de Rabin rompeu o fio tênue que parecia sustentar a paz. A população de Israel vive agora num clima agressivo e belicoso que a priva de qualquer capacidade de julgamento sensato. Bibi Netanyahu parece ser o porta-voz desse estado de espírito. A menos que ele mude drasticamente sua política e consiga acalmar a população que o apoia, não haverá paz possível.

Palavras-chave: Israel; árabes; judeus; questão palestina; paz.

SUMMARY

In 1995, the events that had led to the belief in the possibility of peace between Israel and the Palestinians eventually proved illusory. Rabin's murder ruptured the thin web that seemed to hold peace together. Israel's population now faces an aggressive, warlike atmosphere, which renders them incapable of sound judgement. Bibi Netanyahu appears to be the spokesman for this state of mind. Unless he changes his politics drastically, and manages to assuage his supporters, no peace will be possible.

Keywords: Israel; Arabs; Jews; Palestinian issue; peace.

No final de 1994, todas as aparências sugeriam que finalmente a paz entre árabes e judeus estava próxima. Muito mais do que os acordos de Camp David, pelos quais Israel devolveu ao Egito um par de mosteiros e um deserto pedregoso, os acordos de Oslo estabeleceram o reconhecimento pelos palestinos à existência de Israel e o reconhecimento do governo israelense à autodeterminação palestina em Gaza, Jericó e respectivas regiões. A coexistência pacífica entre os dois estados teria sido perfeitamente possível, até porque um intercâmbio econômico nada desprezível já vinha ocorrendo há vários anos. Foi por isso que em março de 1995 publiquei a respeito um texto tão otimista em *Novos Estudos*¹.

Infelizmente, eram apenas aparências que uma fatalidade histórica, o assassinato de Rabin, iria contestar. Por isso sinto-me compelido a voltar ao assunto, abordando aspectos que antes me pareceram secundários, principalmente porque os julgava superados.

(1) Bolaffi, Gabriel. "Israel, árabes e a questão palestina". *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, nº 41, março de 1995.



Não se trata de fatos novos nem recentes. Pelo menos desde os anos 1930 o movimento sionista, sempre fragmentado numa multiplicidade de seitas, correntes e partidos, dividiu-se em duas grandes linhas fundamentais: de um lado os trabalhistas, liderados por David Ben Gurion, e de outro os direitistas, conduzidos por V. Jabotinski e Menachem Begin. Foram estes últimos os fundadores do assim chamado sionismo revisionista, que visava criar um estado judeu dentro de "fronteiras bíblicas", absolutamente fantasiosas, que cobririam toda a Palestina, o sul do Líbano e toda a Jordânia, ignorando que nos tempos bíblicos esse território era ocupado, além dos judeus, pelos filisteus, moabitas, amalequitas, fenícios e outros. É nessa geopolítica delirante e imperialista que se inspira hoje a absurda idéia da "Israel Completa" ou *Israel H'aschleimá* que pretendem perseguir os eleitores do Sr. Bibi Netanyahu. Embora de forma aguada, pois alguma dose de realismo político excluiu a Jordânia (antiga Transjordânia), da "história".

Ben Gurion foi um pragmático por excelência. Buscou criar um estado judeu num território economicamente viável e militarmente seguro, sem tolas preocupações, bíblicas ou religiosas. É claro que não se pode afirmar que em qualquer momento Ben Gurion tenha sido tolerante, complacente e muito menos justo com os árabes. Sempre que pôde ampliar seus territórios, nem que fosse uma pequena nesga aqui e outra acolá, não perdeu a chance. Mas Ben Gurion foi um líder realista, e por isso mesmo jamais ignorou a existência dos palestinos e a necessidade de dar-lhes alguma solução decente. Até porque era essa a condição para a paz e a segurança do estado judeu.

Outros atores políticos do período foram os religiosos. Nas primeiras décadas do movimento sionista foram absolutamente insignificantes, fosse pelo número mínimo de seu contingente, fosse pelo fato de que a fé lhes impunha esperar que a solução para o povo judeu fosse trazida pelo messias. Eram, por isso, anti-sionistas. Contudo, com a criação do Estado em 1948, muitos religiosos decidiram que a fé mais proveitosa seria formar partidos e ingressar no parlamento. Jamais conseguiram obter votação expressiva, mas sempre foram capazes de conquistar aquelas cinco ou seis cadeiras capazes de assegurar a maioria a algum dos grandes partidos, sem o menor escrúpulo. Importava apenas o preço. Mesmo Ben Gurion e seus sucessores trabalhistas, até 1977, quando foram derrotados pela direita de Begin, tiveram de fazer copiosas concessões aos religiosos, na forma de verbas para escolas, sinagogas, academias rabínicas e certamente muitas prebendas para uns e outros. Mais grave, ao longo dos anos os religiosos também conseguiram impor um conjunto de leis que chegava a obscurecer o caráter laico, moderno e democrático do Estado.

Em 1977, os trabalhistas perderam as eleições, por uma série de razões que não cabe examinar aqui, mas entre as quais foi decisivo o esgotamento

do modelo social-democrata, o qual em Israel, por razões históricas, possuía um significado particularmente especial. Para a direita e para os religiosos, aliados de qualquer um, mas com forte vocação direitista, foi o "mel na sopa". E o país, que com seus *kibbutzin*, em suas origens, se pretendia um modelo de socialismo para o mundo, foi transformado num amontoado de milícias armadas, prontas não só a revidar todo ataque árabe, como a invadir qualquer país vizinho, caso do Líbano.

Israel possui cerca de cinco milhões e meio de habitantes, dos quais cerca de um milhão são árabes que não puderam ser expulsos em 1948 e acabaram sendo razoavelmente bem absorvidos. Estão organizados em partidos e possuem representação no parlamento. Os quatro milhões e meio de judeus são todos educados até o segundo grau e uma grande proporção possui formação universitária. Sua população é toda urbana, com elevadíssima mobilidade por todo o seu pequeno território. Se certamente seria um exagero afirmar que todos se conhecem, o ambiente é extremamente paroquial. Todos os meios de transporte coletivo estão equipados com rádios cujos alto-falantes transmitem todo e qualquer incidente com árabes, desde batidas de trânsito até fuzilaria, explosões de granadas e atentados. Concluída a transmissão, todos os passageiros começam a debater e a emitir as opiniões mais emocionais, agressivas e insensatas. Não há nada de espontâneo nisso. É política de governo. Praticamente desde a criação do Estado e de seu exército, com serviço militar obrigatório (exceto para os religiosos) de 24 meses para homens e mulheres, jovens de 17 ou 18 anos, em época de serviço militar obrigatório, passeiam do norte ao sul do minúsculo país, nos seus dias de licença, portando metralhadoras carregadas. Trata-se de armas absolutamente inadequadas para a guerra contemporânea, úteis apenas para lidar com civis. Nunca se sabe... Esses jovens são mais visíveis do que as nossas crianças de rua, reiterando a toda a população que o país está em guerra e que o inimigo se esconde em toda parte. Em compensação, se o tiro acertar algum árabe mesmo que por engano, nem que seja um daqueles palestinos que vêm diariamente de Gaza vender sua mão-de-obra barata, terá sido um acidente, na melhor das hipóteses, lamentável.

A criação do estado de Israel não foi obra de heróis santificados, mas de conquistadores desesperados. Pobreza, anti-semitismo, *pogroms*, "números *clausus*"², muitas outras formas de perseguição e, finalmente, o tão falado — mas nem por isso menos dolorosamente terrível — holocausto foram o seu caldo de cultura. É verdade que houve torrentes de utopias, socialismo, cooperativas, comunas, o princípio de não empregar trabalhadores árabes para estimular a "proletarização" dos próprios judeus, alfabetização dos árabes, criação de sindicatos e de cooperativas árabes, a criação de um estado binacional com os árabes, enfim, a própria antecipação laica da chegada do messias. Mas enquanto o messias das utopias não chegava, o árabe estava ali, desapropriado das terras onde trabalhara. Havia sido servo de algum latifundiário, igualmente árabe, que vendeu suas terras aos judeus. Um árabe desapropriado é um árabe perigoso. De nada valem os acordos da Internacional. É necessário atirar!

(2) Porcentagem em torno de 5% do total de alunos que limitava o acesso de judeus às universidades, imposto em quase todos os países da Europa Central e do Leste a partir da segunda metade do século XIX.

Quando a ONU votou a partilha da Palestina, em 1947, ninguém ficou satisfeito. Os árabes recusaram, a direita de Begin também recusou. Ben Gurion e seus trabalhistas acharam pequena a sua parte, mas, pragmaticamente, antes pouco do que nada. Proclamaram o Estado e trataram de defendê-lo como podiam.

Infelizmente, mesmo desse momento em diante a política árabe continuou sendo a sucessão de erros grosseiros que sempre a caracterizou. E de erro em erro chegamos à Guerra dos Seis Dias, quando Israel conquistou não só a totalidade do território palestino, mas também o deserto de Sinai, pertencente ao Egito, e as colinas de Golan, da Síria. Mais uma vez as opiniões do lado judeu se dividiriam. Os trabalhistas, ainda no governo, tiveram a clarividência de tentar usar os territórios conquistados como curinga para alcançar uma paz consistente. Já os direitistas e os religiosos voltaram a entoar a quimera da "Israel Completa". Aqui cabe reconhecer que os trabalhistas, Rabin, Shimon Peres e Aba Eban fizeram o possível e o impossível para chegar a um acordo com os árabes, ansiosos por devolver os territórios em troca de uma paz viável. Nada conseguiram.

Essa atitude dos trabalhistas não decorria de nenhum sentimento altruísta — se fosse politicamente possível, eles bem que teriam anexado todos os territórios —, mas da convicção de que a anexação dos territórios seria um gravíssimo erro político. Com efeito, essa anexação, além de ter repercussões internacionais negativas e de acirrar as relações com todos os vizinhos, implicaria sobretudo a absorção de dois milhões e meio de árabes que mais cedo ou mais tarde acabariam se tornando cidadãos do Estado, com direito a voz, voto e à manutenção da sua altíssima taxa de fertilidade. A médio prazo, significaria o fim do estado israelense.

As resistências árabes impediram qualquer acordo. Somente depois da Guerra do *Yom Kippur*, desastrosa e humilhante para Israel e vitória efêmera para Anuar Sadat, este último ganhou autoridade moral no mundo árabe para negociar com os judeus. Sadat fez a sua famosa viagem a Canossa, onde encontrou os direitistas no poder, na pessoa de Menachem Begin. Sadat estava convencido de que pela sua autoridade e seu exemplo conseguiria motivar tanto Israel quanto os países árabes e a própria OLP a estabelecer um acordo de paz baseado na devolução de todos os territórios. Já Begin e Shamir muito provavelmente acharam que por meio de um acordo, que continha muitas cláusulas econômicas mutuamente convenientes, acabariam isolando Sadat e o Egito, como de fato aconteceu.

Com a volta dos trabalhistas ao governo em 1992 e sob a pressão da Intifada — é bom não esquecer — o processo de paz seria retomado, culminando nos acordos de Oslo, mais concretos, específicos e consistentes do que os anteriores, de Camp David. Em todos esses acordos, como me lembrou Fiszel Cereznia (meu mestre em assuntos israelenses), foi consagrado e pactuado o princípio do "procedimento por etapas". Segundo esse princípio, somente se passaria de uma etapa àquela seguinte quando houvesse consenso de que a anterior fora implementada satisfatoriamente. É por isso que desde a eleição de Bibi Netanyahu só se fala em Hebron,

cidade árabe com pouco menos de 150.000 habitantes na qual, segundo a mitologia bíblica, estaria localizado o túmulo de Abraão, patriarca comum a árabes e judeus.

Quando Rabin foi assassinado, a retirada das tropas israelenses de Hebron já estava decidida e programada. Até por isso, trinta e tantos árabes haviam sido barbaramente metralhados enquanto rezavam numa mesquita, por um fanático religioso de origem norte-americana. Bibi não cumpriu os acordos.

Esse é um dos aspectos mais dolorosos da questão. Ao longo das últimas décadas, com tantas guerras, escaramuças, atentados, represálias e incidentes de toda ordem, a população de Israel vem se deixando transformar numa massa ensandecida e incapaz de vislumbrar qualquer solução para o conflito que não seja a matança e a submissão dos seus vizinhos árabes. É verdade que os freqüentes atentados a bomba, em ônibus, mercados, escolas e até hospitais, cometidos por fanáticos árabes impotentes, contribuíram bastante para isto. Toda vez que ocorre um desses atentados, algum amigo me diz: "Sabe, minha filha havia acabado de passar por lá!", ou "Lembra do Jacó P.? Um primo do tio dele morreu no atentado da rua Ibrahim". E assim por diante. É compreensível que quem esteja vivendo sob a ameaça constante de atentados tenda a reagir emotiva e agressivamente, sendo incapaz de avaliar os fatos com a clareza e o distanciamento necessários. Isso certamente contribui para que falte à população de Israel o reconhecimento de que os árabes estão lutando por uma terra e por uma liberdade das quais foram privados, com seu primitivismo e com os poucos meios e armas de que dispõem.

Foi esse o estado de espírito que assassinou Rabin e que elegeu Bibi Netanyahu. O dilema que Bibi impôs à campanha eleitoral contra Shimon Peres, "Segurança com paz *versus* paz com segurança", mais do que um jogo de palavras, é um falso dilema, pois somente a paz e as concessões que ela requer podem garantir a segurança. Quando o primeiro ministro foi assassinado, Lea Rabin, a viúva, demonstrou muito discernimento e muita coragem ao responsabilizar Netanyahu, os direitistas e os religiosos por terem criado o clima de fanatismo intolerante e raivoso que acabou levando ao assassinato de Rabin. Na época, Bibi enfiou o rabo no meio das pernas. Mas agora este clima não só persiste como continua sendo permanentemente realimentado.

Assim que Bibi assumiu o governo, recomeçou o discurso agressivo contra os árabes, com restrições a qualquer coisa que lembrasse, mesmo simbolicamente, a sua presença em Jerusalém, e uma série de novas colonizações judias em territórios árabes. Essas últimas colonizações, note-se, são sempre conduzidas por fanáticos religiosos, a maioria originária dos Estados Unidos, de onde também vem o dinheiro para o seu financiamento e manutenção. Até porque, nos montes pedregosos onde são implantados, esses assentamentos jamais poderão chegar a ser economicamente viáveis. Resumem-se exclusivamente a uma geopolítica ideológica e tola, pois sequer possuem qualquer valor militar. Ao contrário, nas condições da

guerra moderna, protegê-los é um pesado ônus. Mais uma vez, a velha ladainha do falecido Begin, de colonizar Samária e Judéia para assim conquistar toda a "Israel Completa". Também se invade a faixa de Gaza, bem menos estéril, sem qualquer pretexto histórico, mas esta, apenas porque deve ser conveniente.

Quando este texto for publicado, é bastante provável que o acordo sobre Hebron tenha sido assinado. Recentemente vazou na imprensa israelense que o serviço secreto do exército — mais um espécime do enorme rebanho de vacas sagradas de Israel — teria advertido enfaticamente Netanyahu de que o desgaste provocado pela situação em Hebron estaria se tornando politicamente insustentável. Mais ainda, o mesmo serviço secreto teria insistido em que a cabeça-de-ponte que os religiosos instalaram na cidade fosse paulatinamente desativada após os acordos. Mas esse é apenas um boato que, mesmo se confirmado pelos eventos futuros, não muda nada de essencial.

Por mais incrível que pareça para quem está habituado a pensar o "Jovem Estado" (como ainda gosta de escrever a imprensa) como um estado moderno e progressista, nos últimos anos o voto religioso não tem feito senão aumentar. Chegou a quase 20% do eleitorado nas últimas eleições, quando a moda histórica oscilava entre 10% e 15%. E são absolutamente fundamentalistas! Muito perigosamente fundamentalistas!

Nessas condições — a menos que ocorra a hipótese altamente improvável de que Bibi Netanyahu seja um estadista clarividente que esteja apenas acumulando autoridade moral e política para em seguida voltar atrás; a menos que ele esteja procurando os meios para poder domar a opinião pública ensandecida que predomina em Israel; a menos que possa oferecer a Yasser Arafat os territórios e a autodeterminação acordados em Camp David e em Oslo — não haverá paz. Melhor solução ainda seria a de que as centenas de milhares de israelenses para os quais a leitura dos fatos de que tratei aqui não constitui novidade, que possuem uma visão muito clara de como desatar o nó górdio no qual estão enlaçados, conseguissem erguer suas vozes, e suas mãos, para reverter os rumos políticos do país.

Recebido para publicação em
13 de janeiro de 1997.

Gabriel Bolaffi é professor da
Faculdade de Arquitetura e Ur-
banismo da USP. Já publicou
nesta revista "A campanha elei-
toral de Eduardo Suplicy" (nº
35).

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 47, março 1997
pp. 193-198
